

Acerto de contas dentro do governo

10 JAN 1993

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O Ministério da Fazenda está negociando com a Petrobrás um esquema de acordo de contas que possa "limpar" as pendências da estatal com a União. Não há, por enquanto, consenso entre as partes sobre o valor das dívidas. Os créditos da Petrobrás com a União, provenientes da defasagem no reajuste de tarifas, variam de US\$ 500 milhões a US\$ 2 bilhões, dependendo de quem faz o cálculo, ao mesmo tempo em que há dívidas da estatal pelo não recolhimento de impostos, inclusive o Imposto de Renda, em torno de US\$ 400 milhões.

O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, ontem confirmou nesta função, prevê que a questão da dívida entre a União e as estatais será equacionada até o final deste semestre: "Um dos fatos que deteriora a credibilidade da administração, interna e externa, é o enorme contencioso com relação a dívida", disse ele ontem.

A Petrobrás, conforme apurou este jornal, também reivindica um crédito de cerca de US\$ 140 milhões que tem junto ao Banco Central (BC) e cuja origem remonta a uma regra antiga, segundo a qual as instituições financeiras e estatais eram obrigadas a depositar na autoridade monetária os valores excedentes das linhas de financiamento de curto prazo captadas no exterior, dentro das normas do projeto 3 (financiamento ao comércio) da renegociação da dívida externa. A Petrobrás reclama que houve erro do cálculo da remuneração daqueles depósitos — estes rendiam a mesma taxa do custo de captação de linha — durante o período que cobre os anos de 1982 a 1986. O BC já identificou que tem uma dívida com a Petrobrás relacionada à remuneração daqueles depósitos e faz agora o levantamento mais detalhado do valor.

ESTADOS

O ministro Haddad adiantou ontem que o projeto de rolagem da dívida dos estados e municípios, dentro da política maior do acerto de contas dentro do governo, será finalmente enviado hoje pelo poder executivo do Congresso Nacional. O projeto prevê o refinanciamento pelo prazo de vinte anos, podendo ser



Paulo Haddad

prorrogado por mais dez anos, e envolve a dívida dos governos estaduais e municipais junto a instituições oficiais federais de financiamento, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF).

O ministro estimou em US\$ 49 bilhões o total da dívida dos estados e municípios com o governo federal — incluindo aí a dívida externa que foi contratada com aval da União — mas apenas cerca de US\$ 19 bilhões será objeto do esquema de rolagem a ser proposto aos parlamentares. Outros US\$ 10,7 bilhões correspondem à dívida mobiliária federal e municipal, cuja solução dependerá

ainda de negociações com o BC. Recentemente, o governo mandou para o Congresso Nacional projeto de lei que procura resolver de vez o contencioso entre União e o setor estatal de energia elétrica.

CEF

Ainda ontem, o ministro Haddad teve reunião com o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Danilo de Castro, com o objetivo justamente de chegar a uma definição sobre a dívida que o Tesouro Nacional acumulou ao longo do tempo com a instituição e que envolve pendências que vão desde o bônus concedido em 1983 e 1984 aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) até compromissos de estatais, como a Eletrobrás, que foram assumidos pela CEF. O presidente da Caixa alega que tem um crédito de Cr\$ 20 trilhões a receber do Tesouro Nacional, já descontando daquele valor a dívida que a instituição tem assumido junto à linha de redesconto do BC.

A lista de pendências dentro do próprio setor público, envolvendo não só as três esferas de governo mas também a administração direta e a indireta do governo federal é extensa. Há casos tão ou mais complexos do que o setor ener-

gético, como por exemplo o da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), cujo passivo a descoberto está hoje calculado em torno de US\$ 1,2 bilhão, envolvendo compromissos financeiros que não tem condições de pagar.

DÍVIDA CONTRATUAL DOS ESTADOS * (Em US\$ milhões)

Estado	Valor
Acre	217,6
Alagoas	410,5
Amazonas	580,2
Amapá	6,4
Bahia	1.818,4
Ceará	524,6
Distrito Federal	341,1
Espírito Santo	287,9
Goiás	862,2
Maranhão	678,2
Mato Grosso	899,8
Mato Grosso do Sul	384,6
Minas Gerais	1.420,8
Pará	154,9
Paraíba	537,1
Paraná	901,9
Pernambuco	833,1
Piauí	418,4
Rio de Janeiro	1.106,7
Rio Grande do Norte	289,6
Rio Grande do Sul	1.085,8
Rondônia	112,0
Roraima	12,9
Santa Catarina	364,4
São Paulo	3.825,7
Sergipe	246,3
Tocantins	75,0
Total	18.396,1

* Com o BB, BC, BNDES, BNB, BASA e CEF

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional